

# Mediatização: da disciplina ao controle, um horizonte de reflexão<sup>1</sup>

## Mediatization: From discipline to control, a horizon of reflexion

Suélen Matozo Franco<sup>2</sup>  
André Luiz Maranhão de Souza Leão<sup>2</sup>

### RESUMO

O fenômeno designado por *mediatização* tem obtido cada vez mais atenção no campo dos estudos de mídia e comunicação. Nesse campo, identificam-se duas vertentes sobre mediatização, e já se delinea uma aproximação entre elas: a institucionalista, que reconhece a mídia como instituição praticamente independente, cujas normas adaptam outros campos sociais; e a socioconstrutivista, que entende a mediatização como a construção comunicativa da realidade sociocultural. Seja em virtude da centralidade da mídia em alguns aspectos da vida em sociedade, seja pelo poder que lhe é atribuído, o reconhecimento de seu alcance não está circunscrito exclusivamente aos *media studies*. Os sistemas de comunicação articulam cultura, educação e mesmo a soberania, submetendo globalmente as sociedades a seu regime, o que aponta para uma concepção de controle. A sociedade de controle é discutida na obra de Gilles Deleuze como resultado do declínio do modelo disciplinar, abordado por Michel Foucault. Nessa perspectiva, a visibilidade é um aspecto central do poder exercido tanto no modelo disciplinar, baseado no confinamento, quanto no modelo de controle, baseado na visibilidade não coercitiva. O presente estudo propõe uma reflexão acerca do fenômeno da mediatização enquanto processo, situado na transição entre o modelo de sociedade disciplinar e a sociedade de controle. Nessa argumentação, a comunicação e a visibilidade encontram-se no cerne das relações de poder.

**Palavras-chave:** mediatização, poder, visibilidade, disciplina, controle.

### ABSTRACT

The phenomenon known as mediatization has obtained more and more attention in the field of media and communication studies. In this field two aspects of mediatization are identified and a link between them has already been outlined: the institutionalist, which recognizes the media as an institution practically independent, whose norms adapt other social fields; and social constructivist, which understands the mediatization as the communicative construction of socio-cultural reality. Whether due to the media centrality in some aspects of social life, whether due to the power assigned to it, the recognition of its range is not limited exclusively to media studies. Communication systems articulate culture, education and even the sovereignty, globally subjecting the societies to their regime, which points to a control conception. The society of control is discussed in the work of Gilles Deleuze as a result of the disciplinary model decline, approached by Michel Foucault. In this perspective, visibility is a central aspect of the power exercised in both the disciplinary model, based on confinement, as in the control model, based on noncoercive visibility. This study proposes a reflection about the phenomenon of mediatization as a process, situated in the transition from the disciplinary model of society and the society of control. In this reasoning, communication and visibility are at the heart of power relations.

**Keywords:** mediatization, power, visibility, discipline, control.

<sup>1</sup> O presente trabalho só foi possível graças ao apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco. Rua Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, 50670-901, Recife, PE, Brasil. E-mail: suelenmfranco@gmail.com, aleao21@hotmail.com

## Introdução

Nas últimas décadas, o fenômeno designado por *mediatização* tem obtido cada vez mais atenção no campo dos estudos de mídia e comunicação (Ampuja *et al.*, 2014; Hepp, 2012; Verón, 2014; Grohman e Mauro, 2015; Martino, 2014; Fausto Neto, 2008). Apesar desse interesse crescente e da vasta produção recente, o termo ainda permanece impreciso, bem como reflete tradições epistemológicas distintas, tais como a anglo-saxã e a latino-americana. Para Ampuja *et al.* (2014, p. 112), mostra-se como um “ambicioso conceito guarda-chuva”, na medida em que se propõe a abarcar uma generalidade de processos de mudança social envolvendo a mídia. Para Verón (2014), a relação entre mídias e sociedades constituem um velho problema, mas que recentemente adquiriram novas formas e perspectivas teóricas, identificadas vagamente sob tal conceito.

Apesar da juventude dos estudos e da mencionada imprecisão conceitual, duas vertentes marcam os estudos anglo-saxões voltados à mediatização: a institucionalista provém dos estudos de jornalismo e comunicação política e reconhece a mídia como instituição praticamente independente, cujas normas adaptam outros campos sociais; a socioconstrutivista entende a mediatização como a construção comunicativa da realidade sociocultural, processo no qual cada mídia deve ser investigada em suas especificidades (Couldry e Hepp, 2013). Por sua vez, Hepp (2012), ao propor o conceito de “força moldante”, que compreende a mídia tanto como institucionalização como reificação da comunicação, aproxima aspectos das duas vertentes. Para o autor, esse conceito permite um avanço na pesquisa, na medida em que ambas as formas materializam relações de poder.

Por sua vez, nos estudos latino-americanos, entre as décadas de 1970 e 1980, a centralidade das mídias, bem como a articulação destas com práticas sociais, marca os primeiros horizontes do que se viria a se estudar por mediatização, segundo Fausto Neto (2008). Ainda de acordo com o autor, o conceito emerge como uma “nova ordem comunicacional”, cuja problemática evita a concepção de mídia enquanto variável dependente ou instrumentos de poder, abrindo espaço para uma multiplicidade de abordagens. Dentre elas, podemos citar a perspectiva de José Luiz Braga, que a reconhece como um fenômeno em marcha para tornar-se um processo interacional de referência, amplamente relevante para a constituição do tecido social (Braga, 2006); o pensamento de Muniz Sodré reconhece a

mediatização como um tipo de mediação exacerbada pelas tecnologias de informação e comunicação (Silva, 2012), apontando para o conceito de *bios midiático* à medida que essa mediatização proporciona novos agenciamentos de sentido e ordens discursivas (Cimino, 2010). Eliseo Verón advoga que as perspectivas apontadas situam o fenômeno da mediatização na modernidade, enquanto ele o situa num período histórico mais amplo, reconhecendo sua perspectiva como semioantropológica e assumindo os fenômenos midiáticos como exteriorização em dispositivos materiais da capacidade de semiose humana (Verón, 2014). De acordo com Fausto Neto (2008), essas perspectivas têm em comum a premissa de que as mídias não mais seriam meros instrumentos pelos quais diversos campos sociais se articulam, mas uma realidade complexa, uma ambiência que proporcionaria novas operações de sentido.

Há, ainda, outro aspecto que merece destaque: a confusão conceitual entre mediação e mediatização (*mediatisation*, em inglês). De acordo com Martino (2014), os termos são por vezes intercambiáveis na tradição de pesquisa anglo-saxã, embora autores como Sonia Livingstone e Stig Hjarvard preocupem-se em separá-los. O conceito de mediação surge na tradição britânica, mas é nos estudos latino-americanos, mais precisamente na obra de Martín-Barbero, que se consolida (Grohman e Mauro, 2015). Martín-Barbero (2009) advoga uma abordagem que investigue o consumo e a comunicação com base no popular, proporcionando um entendimento dos usos sociais da comunicação — contudo, alerta-nos que “uso” não deve ser atrelado à perspectiva funcionalista, mas compreendido como uma luta para a produção de sentidos por meio de diversas competências culturais. A mediação seria, portanto, esse processo de negociação de sentido entre produção e recepção de mensagens, um processo cultural e político em que esses significados propostos (e não impostos) pela mídia são articulados com a cotidianidade dos consumidores (Martino, 2014). Apesar da distinção entre os termos, é possível identificar em algumas abordagens a visão de mediação e mediatização como processos complementares, sendo o primeiro um primeiro estágio para a realização deste último (Grohman e Mauro, 2015). Nos estudos latino-americanos de comunicação, a perspectiva das mediações representa uma contribuição relevante para os estudos de comunicação, articulando comunicação, cultura e política (Lopes, 2014).

Seja a centralidade da mídia em alguns aspectos da vida em sociedade, seja o poder que lhe é atribuído, o reconhecimento de seu alcance não está circunscrito exclusivamente aos *media studies*. Para Hardt e Negri (2012),

os sistemas contemporâneos de comunicação subordinam e articulam a própria soberania, submetendo globalmente a sociedade a seu regime, inclusive a educação e a cultura, que operam sob a sua lógica de espetáculo. Isso aponta para uma concepção de *sociedade de controle*, cuja abordagem compreende a renovação das formas de poder e a constituição de sujeitos enquanto tais pelo poder, estando o controle vinculado aos regimes das novas tecnologias informacionais (Mattelart, 2006).

A compreensão da sociedade de controle passa pela noção de sociedade disciplinar, amplamente discutida na obra de Michel Foucault. Segundo Foucault (1987), trata-se de um modelo de sociedade baseado na vigilância, na classificação e no enclausuramento dos corpos, tendo como modelo um projeto arquitetônico chamado *panóptico*, que, como o próprio nome sugere, possibilitaria a visibilidade total dos enclausurados, sem que estes pudessem observar seu vigilante: essa impossibilidade daria ao enclausurado a sensação de vigilância permanente, ocasionando uma internalização da disciplina e automatizando-a. Para Deleuze (2013), esse modelo de sociedade teria atingido seu apogeu no início do século XX e iniciado seu declínio após a Segunda Guerra Mundial, dando lugar à sociedade de controle, cujo assujeitamento não mais careceria de sistemas fechados de vigilância.

Newman (2009) reconhece nas tecnologias comunicacionais sofisticadas a reconfiguração da dimensão política, cujos consensos seriam midiaticizados. Segundo o autor, nós teríamos nos tornado tão visíveis que a noção de panóptico seria risível. Para Leclercq-Vandelannaitte e Isaac (2013), há duas concepções distintas de comunicação que permitem diferenciar os sistemas de poder disciplinar e de controle: enquanto o modelo panóptico pressupõe indivíduos como objetos de informação, a sociedade de controle propicia aos indivíduos o *status* de sujeitos de comunicação, na medida em que se comunicam lateral e diretamente numa configuração em rede. Esse *status* de sujeito faz com que a visibilidade seja não mais coercitiva, mas voluntária.

O presente estudo visa propor uma discussão do fenômeno da midiaticização tendo como eixo o poder e seus regimes de visibilidade e enunciação. A concepção foucaultiana de poder difuso no tecido social mostra-se conveniente à discussão da mídia ubíqua do século XXI, assim como a noção deleuziana de sociedade de controle, cujas contribuições ao campo da comunicação já são reconhecidas (Hansen, 2012). Savat (2009) afirma que, embora Deleuze nunca tenha propriamente teorizado a mídia, sua abordagem de tecnologias, máquinas materiais e

abstratas e, sobretudo, a fecundidade do seu *Post-scriptum*, oferecem importantes contribuições. Nesse sentido, buscamos discutir o fenômeno, enquanto ação e processo, como a emergência de novas formas de visibilidade que caracterizam não só a configuração de uma sociedade de controle, como também a potencialização de mecanismos disciplinares e tecnologias biopolíticas.

Com esse propósito, começaremos por traçar um breve panorama do conceito de midiaticização no âmbito dos *media studies*. Em seguida, discutiremos alguns dos principais pressupostos do pensamento foucaultiano e deleuziano que serão articulados nessa discussão: a transição da sociedade de disciplina para uma de controle, tendo como eixo o poder e a visibilidade.

O intuito aqui não é empreender uma analítica da mídia contemporânea, mas tão somente apontar conceitos e ferramentas dessa analítica que podem ser profícuos no estudo das relações de poder inerentes ao fenômeno da midiaticização.

## Midiaticização: breve panorama de um campo em configuração

A emergência da midiaticização como um importante conceito no campo dos estudos de mídia e comunicação é recente. Até o início dos anos 2000, predominavam nesse campo três vertentes: a análise textual, a economia política da produção e os estudos de recepção ou audiência (Couldry e Hepp, 2013). Embora essas tradições envolvessem de alguma maneira a problemática da mídia, pouco tinham em comum com o conceito que ora se entende como *midiaticização* (Couldry, 2014). Isso, contudo, não significa que se trate de um conceito unificado e preciso no campo dos *media studies*, embora se proponha um conceito “guarda-chuva” (Ampuja *et al.*, 2014), para o qual convergem abordagens oriundas de diversos campos disciplinares. Dessa forma, apresentamos um breve panorama da tradição de pesquisa que se estrutura em torno desse conceito, passando pelos seus antecedentes históricos, bem como pelas contribuições interdisciplinares.

É possível associar a origem da mídia enquanto problemática no campo da comunicação à pesquisa de efeitos. Segundo Mattelart e Neveu (2006), praticamente uma obsessão pós-Segunda Guerra, a perspectiva de

efeitos voltava-se para o intuito de medir e quantificar os efeitos das propagandas, tomando por base um modelo simplificado de estímulo-resposta; essa perspectiva foi seguida pela de “usos e gratificações”, influenciada pela sociologia funcionalista e limitada pelas explicações de cunho psicologizante. No campo transdisciplinar dos Estudos Culturais, a relação entre mídia massiva e cultura também é problematizada, com enfoque nas estratégias interpretativas das culturas populares; a publicação de *Encoding/Decoding*, por Stuart Hall, nos anos 1970, aponta para um modelo de recepção que, posteriormente, caminhará para a etnografia das audiências (Escosteguy, 2010).

Neste ponto, é válido um recuo para o *status* atribuído ao conceito de mídia em diversas tradições de investigação. Braga (2006) afirma que, enquanto na tradição germânica, tal conceito apoia-se no binômio meio-forma, como instâncias mutuamente dependentes, os norte-americanos reconhecem os meios como objetos empíricos; no Brasil, por sua vez, a acepção aproximava-se da tradição anglófona, mas a mídia não ocupava a centralidade dos programas de pesquisa. Para o autor, o estatuto da mídia nos diversos programas citados (anglófonos, germânicos, brasileiros) orientou as pesquisas de mediação e midiática.

Couldry e Hepp (2013) apontam três importantes fatores e correntes de pesquisa que convergiram para despontar a necessidade de se estudar a midiática. O primeiro deles seria a expansão de tecnologias comunicativas, inclusive móveis, bem como mídias sociais, tornando-se onipresentes e demandando novas abordagens que superassem a tríade produção-texto-audiência. Em segundo lugar, a emergência dos estudos de mediação, com destaque para Roger Silverstone, na tradição britânica, e Martín-Barbero, nos Estudos Culturais latino-americanos: embora ambos não tenham utilizado o termo midiática, possibilitaram a sua emergência como domínio de investigação. Por fim, o crescimento de abordagens de poder para além das instituições, dentre as quais se destaca a repercussão de *Vigiar e Punir*, de Foucault, considerado uma contribuição-chave, bem como a teoria ator-rede de Bruno Latour. Todos esses aspectos, aliados à internacionalização do campo de mídia e comunicação, levaram à busca de um conceito amplo que abarcasse essa convergência: a midiática.

A perspectiva das mediações vem da tradição britânica, com os estudos de Raymond Williams e Roger Silverstone, mas é na América Latina que se consolida (Grohman e Mauro, 2015). Predominante nos estudos latino-americanos de comunicação, suas raízes remontam

aos estudos de recepção, e seu principal intuito era propor investigações que superassem a maneira fragmentada como os processos comunicacionais se desenrolavam (Lopes, 2014). Na matriz britânica, mediação desponta como contraponto à mera transmissão na obra de Raymond Williams, enquanto Roger Silverstone associa-o à circulação e consequente transformação de significados (Grohman e Mauro, 2015). A constatação de que o entendimento de como as pessoas comunicam-se, produzem sentido em suas vidas cotidianas e utilizam os meios de comunicação não cabia mais no esquema emissor-dominante e receptor-dominado ensejou o deslocamento da investigação dos meios para as mediações, espaços nos quais produção e recepção integram-se efetivamente (Martín-Barbero, 2009). Embora a morte prematura de Roger Silverstone tenha de certa forma enfraquecido o potencial do seu conceito de mediação (Grohman e Mauro, 2015), Couldry e Hepp (2013) reconhecem, como uma valiosa contribuição, sua demanda pelo reconhecimento de uma pluralidade de campos nos quais a mídia merecia atenção.

No contexto latino-americano, temos a influência de Martín-Barbero em seu deslocamento para a abordagem das mediações, nas quais produção, recepção, meio e mensagem se articulam, permitindo apreender a tessitura entre cultura e comunicação (Barros, 2014). As mediações, enquanto categoria norteadora, não constituem, no entanto, um conceito estanque. Alvo de inúmeras críticas por enfatizar a cultura — não constituindo propriamente um conceito comunicacional —, Martín-Barbero reformula seu modelo não dispondo os meios à frente das mediações, mas deslocando as mediações culturais da comunicação para mediações comunicativas da cultura (Barros, 2014; Lopes, 2014). Isso implica, segundo Lopes (2014), a assunção de uma maior densidade epistemológica da comunicação nessa abordagem. Já Orozco Gomez pensa as mediações para além de concepções dicotômicas, pressupondo diversas categorias e fontes de mediações, classificando-as em quatro grupos — individual, situacional, institucional e videotecnológica/massmediática —, bem como identificando diversas fontes: cultura, política, economia, classe social, gênero, idade, etnicidade, meios, condições situacionais e contextuais, instituições e movimentos sociais (Silva, 2012).

A despeito de os termos mediação e midiática causarem alguma confusão no mundo anglófono, em virtude da proximidade das grafias (*mediation* e *mediatisation*), autores como Stig Hjarvard e Sonia Livingstone advogam sentidos distintos: mediação relacionando o indivíduo aos meios e midiática explicando um processo mais amplo de reorganização do social pela ação dos meios (Martino,

2014). Hepp (2014) argumenta que, enquanto a mediação descreve uma teorização mais geral de qualquer processo de comunicação, a midiatização diz respeito ao processo de mudança relacionado à mídia. Os dois conceitos, portanto, complementam-se (Grohman e Mauro, 2015).

Definir midiatização torna-se desafiador primeiramente em virtude da ausência de clareza do conceito, bem como pelo fato de seu escopo vir crescendo consideravelmente nos últimos anos (Ampuja *et al.*, 2014). Além disso, a multiplicidade de vertentes e programas de pesquisa reflete a multiplicidade de olhares sobre a própria noção de mídia. Hepp *et al.* (2015) defendem que o conceito de midiatização diz respeito à relação de mútua influência entre mídia, cultura e sociedade. Para Schulz (2004), diz respeito ao conjunto de mudanças associadas ao desenvolvimento da comunicação midiática. Couldry (2014) ressalta que não se trata de um processo único, mas de um conjunto aberto de transformações na vida contemporânea relacionadas com a mídia e seus usos.

Braga (2006) ancora seu conceito de midiatização na noção de *processo interacional de referência*, entendido como os processos pelos quais a sociedade constrói sua realidade. Nessa perspectiva, de cunho interacionista e sob forte influência do pensamento de Peter Berger e Thomas Luckmann, admite a centralidade da mídia na construção dessa realidade, considerando, porém, que se trata de um processo em curso, bastante avançado, mas não completo. De acordo com o autor, um processo de referência seria um parâmetro para a lógica de outros processos interacionais, não os suprimindo, mas ajustando e abrangendo.

Muniz Sodré, por sua vez, situava as relações espaço-temporais contemporâneas num *ethos midiático* — com isso, transpunha a dimensão técnica, reconhecendo a lógica midiática como estruturadora da sociedade contemporânea e, portanto, lócus de construção de identidades (Barros, 2012). Para Silva (2012), Sodré opera um deslocamento de midiatização para a ideia de *bios midiático*, tendo como eixo a vinculação entre o eu e o outro, contudo, a ideia de midiatização residiria na materialização desse processo nos dispositivos tecnológicos de comunicação. Para Cimino (2010), no entanto, o conceito de *bios midiático* pressupõe uma nova cartografia entre cultura e meio, no contexto analógico-digital das interações em tempo real e espaço contínuo.

Já Véron (2014) situa o conceito numa perspectiva histórica de longo prazo, entendendo o processo como uma sequência longa de institucionalização de fenômenos midiáticos em sociedades humanas e suas múltiplas consequências. O esquema conceitual proposto por Verón

tem caráter sociosemiótico e reconhece a assimilação de uma lógica da mídia por todo o tecido social, na medida em que instituições e práticas sociais são impactados pela lógica da mídia, ainda que em proporções e maneiras distintas, reconhecendo quatro setores: relação mídia x instituições não midiáticas, relação mídia x indivíduos, relação instituições x indivíduos e relações mídia x instituições x indivíduos (Lopes, 2014).

Diante dessa pluralidade de orientações, já são reconhecidas duas tradições na pesquisa de midiatização: a institucionalista, que defende a mídia como instituição capaz de estabelecer suas regras e moldar diversos sistemas sociais a elas, e que tem como ponto de partida a concepção de lógica de mídia; e a socioconstrutivista, que investiga a construção social midiatizada da realidade, e que busca compreender como esse processo se dá dentro da especificidade de cada mídia (Couldry e Hepp, 2013; Hepp, 2014). Enquanto a primeira enfoca, principalmente, a mídia massiva tradicional, a segunda volta-se para práticas cotidianas e aspectos culturais (Hepp, 2014). Embora haja uma clara distinção, essas tradições coexistem e têm apresentado recentemente uma tendência a convergir (Couldry e Hepp, 2013).

Um dos pontos principais da tradição institucionalista é a noção de lógica da mídia. Esse conceito é inicialmente proposto por David Altheide e Robert Snow, no intuito de capturar as transformações de percepção de interpretação do social resultantes da ação da mídia (Hepp, 2014). O conceito buscava compreender a influência da mídia para outras esferas além dela, tais como religião, política e esportes (Hepp, 2012).

Sob essa perspectiva, a obra de Stig Hjarvard é considerada de suma relevância. Embora inserida na tradição institucionalista, Hjarvard (2012) questiona a noção de lógica da mídia conforme postulada por Altheide e Snow pela primazia dos formatos e das tecnologias sobre o conteúdo. O autor defende que a perspectiva institucional torna possível compreender os elementos que integram a lógica da mídia com base em conceitos sociológicos. Midiatização seria, portanto, uma fase no desenvolvimento das sociedades globais em que a mídia teria atingido o *status* de instituição independente e uma influência intensa sobre as demais instituições sociais (Hjarvard, 2012). A abordagem é criticada por pressupor um processo homogêneo de transformação, ao mesmo tempo que a noção de lógica da mídia indica uma linearidade no processo (Hepp, 2012). Assim, a linearidade do processo vai de encontro à pluralidade de formas sociais, que não obedecem a uma lógica unívoca (Ampuja *et al.*, 2014).

A vertente socioconstrutivista, por sua vez, advoga um panorama no qual a mudança cultural e a mudança comunicativa possam ser associadas, em vez de propor uma teoria fechada (Hepp, 2012). Um importante expoente dessa tradição é Friedrich Krotz. Assim, a midiática é entendida como um metaprocesso, como um construto que busca descrever mudanças de longo prazo (Hepp, 2012): a realidade social é construída pela comunicação operada pela mídia (Krotz, 2014). Para esse entendimento, o autor mescla contribuições diversas, tais como o entendimento da mídia como uma forma cultural e tecnológica, de Raymond Williams, e o conceito de construção social da realidade, de Peter Berger e Thomas Luckmann. Embora essa abordagem evite formulações simplistas de poder e centralidade da mídia, ainda carece de maior criticidade (Ampuja *et al.*, 2014).

Já Winfred Schulz, embora não se situe propriamente numa ou noutra vertente (Hepp, 2014), reconhece a penetração de uma lógica da mídia em outras esferas, mas apenas como um momento específico da midiática (Hepp, 2012). Schulz (2004) associa a midiática à mudança social, na qual a mídia exerce um papel fundamental; essa mudança dá-se por quatro processos: extensão, no qual as tecnologias suplantariam os limites da comunicação humana, reconfigurando aspectos espaço-temporais; substituição, no qual mídia substituiria total ou parcialmente atividades sociais; amalgamação, no qual atividades midiáticas e não midiáticas se fundiriam; e acomodação, ou seja, a mudança social de fato, a adaptação de atores sociais à maneira como a mídia opera.

Num caminho que aproxima as duas vertentes, encontra-se a obra de Andreas Hepp (Grohman e Mauro, 2015). Ele advoga que a midiática deve ser examinada tanto em seus aspectos qualitativos, que relaciona a disseminação de certa mídia à especificidade da mudança cultural, como quantitativos, a exemplo do crescimento espacial, temporal e social das mídias (Hepp, 2009). Seu conceito de força moldante reconhece uma potencialidade de ação na mídia ao mesmo tempo que há especificidades de diferentes mídias agindo em contextos culturais distintos (Hepp, 2009, 2012).

Este breve panorama buscou mostrar, ainda que parcialmente, a efervescência do debate acadêmico recente em torno do conceito de midiática. Como um campo relativamente jovem, é possível perceber um esforço no sentido de definir o fenômeno e delinear seu escopo de ação. Hepp (2014) admite que, enquanto pesquisadores de orientação institucional já se questionam acerca da noção de lógica da mídia, os da tradição socioconstrutivista admitem a necessidade de reconhecer a dimensão institucional.

Nesse sentido, Couldry e Hepp (2013) alertam para o fato de que midiática não deve constituir uma teoria, mas uma abordagem ampla na pesquisa em mídia e comunicação. Hepp *et al.* (2015, grifos dos autores) também ressaltam que a investigação não se circunscreve aos efeitos da mídia, mas a uma *inter-relação* entre mudança cultural e mudança midiática, não sendo necessariamente a mídia o motor de tais mudanças, mas por vezes a *expressão* destas.

O intuito aqui não é esgotar a discussão em torno da midiática — que, embora recente na pesquisa de mídia e comunicação, já apresenta um extenso debate —, mas traçar uma revisão sucinta dos principais conceitos e dos avanços no campo, no intuito de propormos uma reflexão acerca desse fenômeno partindo de uma contribuição do pensamento pós-estruturalista.

Não nos cabe, portanto, assumir uma das vertentes *a priori*, até porque os próprios *media studies* se configuram como um campo em rápida metamorfose, onde já se delineia uma aproximação entre essas abordagens. Nesse sentido, entendemos que tudo aquilo que envolve processos de mudanças em dimensões sociais da vida contemporânea relacionadas com a mídia concerne ao estudo da midiática. Ao mapearmos todos os esforços no sentido de delinear um campo de pesquisa, percebemos a existência de uma complexa rede de indivíduos, instituições, aparatos tecnológicos, saberes, relações de força, dimensões espaço-temporais, numa permanente transformação, o que implica a necessidade de discuti-lo enquanto processo, compreendendo sua historicidade.

Outro aspecto necessariamente implicado numa problemática que investiga a relação entre a mídia e as mudanças no tecido social é a visibilidade. Essa questão, por sua vez, passa necessariamente pela reconfiguração das relações de poder, na medida em que novas formas de fazer ver emergem e, com elas, novos e sofisticados mecanismos de controle sobre os indivíduos. Dessa forma, buscamos propor um olhar ao fenômeno da midiática base tendo como eixos o poder e a visibilidade.

## A visibilidade em questão: da sociedade disciplinar à sociedade de controle

Entre as décadas de 1960 e 1970, a obra de Michel Foucault realiza um deslocamento, ampliando o escopo de

suas análises de realidades discursivas para as não discursivas (Revel, 2005). Um dos importantes legados desse deslocamento foi a possibilidade de compreender a transição de um modelo de sociedade, o da soberania, para o disciplinar, por meio das relações entre saber e poder. Assim, a análise empreendida pelo filósofo passa pela soberania, pelas disciplinas e pelas biopolíticas de segurança (Tótor, 2011), bem como apresenta desdobramentos profícuos, a exemplo da concepção de sociedade de controle, explorada sobretudo por Gilles Deleuze. Nesta seção, buscamos discutir os conceitos de sociedade disciplinar, de Michel Foucault, e sociedade de controle, de Gilles Deleuze, no intuito de fundamentar nossa discussão da midiática à luz da analítica do poder.

## *A sociedade disciplinar*

Na já mencionada obra *Vigiar e Punir*, Michel Foucault busca esmiuçar a transição de um modelo de soberania para uma sociedade disciplinar. Partindo de uma análise dos mecanismos punitivos e da emergência de uma nova dinâmica penal, bem como de uma nova categorização da natureza dos crimes, a obra permite visualizar como a soberania é paulatinamente substituída pela disciplina, bem como as instituições que emergem nesse processo e as verdades que são instauradas nessa transição.

Inicialmente, precisamos pensar a noção de soberania. Foucault (1984) problematiza a questão do governo investigando historicamente a relação entre este, a segurança e a população. Para ele, a soberania não constitui uma forma de governo, uma vez que é transcendente, implicando, portanto, uma relação de exterioridade, que se tornaria extremamente frágil com a expansão do capital. Essa expansão demandaria um novo Estado, cujo poder seria imanente, em consonância com a imanência do capital (Hardt e Negri, 2012). Dessa forma, a soberania seria uma relação de poder frágil por definição, na medida em que seu estatuto adviria de uma exterioridade. A expansão do capital implicaria uma vigilância e um controle atentos, bem como dispor as coisas governadas para o atingimento de uma finalidade, ou seja, práticas de governo (Foucault, 1984). Sob essa perspectiva, só podemos pensar propriamente em governo a partir de um momento em que este se instaura tendo como base as demandas inerentes à administração e manutenção de um Estado, uma forma de poder imanente, uma vez que advinda dessa própria dinâmica interna.

A primeira fase de acumulação capitalista requer dos corpos docilidade e maximização de seu potencial pro-

duativo — enquanto recurso produtivo, o Estado não pode prescindir dele —, o que resulta, inclusive, numa reconfiguração na natureza dos crimes (dos “crimes de sangue” aos de “fraude”), bem como sofisticação dos mecanismos de vigilância, informação e classificação (Foucault, 1987). Nasce uma anátomo-política, que tem na desarticulação e rearticulação dos corpos um mecanismo de conversão em máquinas dóceis e produtivas, operando com habilidade, velocidade e eficácia (Foucault, 1987).

Essa demanda por maximização do potencial produtivo dos corpos resulta no chamado poder disciplinar. Essa forma de poder dirige-se às subjetividades, de modo que os mecanismos de poder encarnados na disciplina são internalizados e reproduzidos pelos próprios indivíduos, neutralizando contrapoderes e atenuando o potencial de luta (Ferreira, 2014). As instituições fechadas, por sua vez, tornam-se o modelo dessa sociedade, baseada na classificação, vigilância e manipulação dos corpos, analisáveis e esquadrinháveis.

A sociedade dita disciplinar tem como modelo por excelência o panóptico (Ferreira, 2014; Leclercq-Vandelannoite e Isaac, 2013; Le Texier, 2011). Trata-se de um projeto arquitetônico cujo princípio é a potencial visibilidade permanente, de modo que a consciência dessa visibilidade permite tornar o poder constante e automático (Foucault, 1987). Mais do que um modelo arquitetônico, o panóptico corresponde à premissa da sociedade disciplinar, uma vez que a máquina disciplinar opera promovendo visibilidades (Savat, 2009). Dessa forma, o estado consciente de visibilidade e confinamento a instituições promove um estado de assujeitamento aos constrangimentos do poder (Leclercq-Vandelannoite e Isaac 2013). Dessa forma, torna-se claro como o poder disciplinar opera sobre as subjetividades tendo como modelo analógico o panóptico: à luz da visibilidade permanente, ainda que potencial, os indivíduos internalizam as disciplinas; a visibilidade é coercitiva e baseia-se na hierarquia, na qual o observado ocupa uma posição de objeto, que fornece, sob a premissa da coerção, informações analisáveis sobre si. A disciplina, contudo, não reside apenas nas estruturas físicas e hierárquicas que lhe configuram, mas também nos discursos que constituem os sujeitos no interior dessas instituições, bem como aos mecanismos sociocognitivos que proporcionam a internalização dessa vigilância e a subjetivação dos indivíduos (Leclercq-Vandelannoite e Isaac, 2013).

É importante ressaltar, no entanto, que o modelo de disciplinamento não opera uma ruptura em que substitui por completo a soberania, mas um processo gradual, em que a disciplina emerge do intuito de gerir populações

(Foucault, 1984). Em *A Vontade de Saber*, o dispositivo da sexualidade é descrito como uma nova técnica de poder, que, para além da submissão do outro, opera pela afirmação de si; tal dispositivo caracteriza-se por um poder sobre a vida, de gerir a vida, cuja ação assenta-se em dois polos: a disciplina, pela anátomo-política dos corpos, consistindo no adestramento destes, docilização, controle econômico; e a regulação, pela biopolítica da população, centrada no corpo enquanto espécie, bem como seus indicadores (natalidade, mortalidade, longevidade) e respectivas intervenções (Foucault, 2014). Dessa forma, gerir a vida humana, sob a perspectiva biológica, passa a constituir uma estratégia política (Dreyfus e Rabinow, 2011). Para Foucault (2014), esse biopoder ajustava os fenômenos populacionais aos econômicos, permitindo, com isso, um ajustamento dos corpos à máquina produtiva que impulsionou o capitalismo. Como consequência, essa dimensão biológica reflete-se nas tecnologias políticas.

A biopolítica da espécie humana, em continuidade à anátomo-política dos corpos, emerge no decorrer do século XVIII, aproximando questões populacionais de problemas econômicos e políticos e constituindo um corpo de saberes que se estendem sobre a população — enquanto problema político e econômico —, sendo esta o campo de intervenção do seu poder. Assim, esses mecanismos regulamentadores, embora de natureza distinta, atuam no mesmo nível dos mecanismos disciplinares, permitindo que se articulem (Foucault, 2014). Para que esse comando opere efetivamente, é necessário que a administração da vida dê-se a partir de dentro do tecido social, de forma que os indivíduos absorvam-no e ativem-no voluntariamente (Hardt e Negri, 2012).

O biopoder reúne corpo e espécie em tecnologias de poder vigentes até a atualidade (Dreyfus e Rabinow, 2011). Dessa forma, podemos observar facilmente como a inserção do corpo e da espécie humana em determinadas redes de saberes e poderes delimitam cada vez mais o que é da ordem da saúde e da doença, da regulação e da transgressão, tendo como critério sua docilização, na medida em que neutraliza insurgências, e sua produtividade, na medida em que insere o corpo numa dinâmica produtiva que orienta a vida do indivíduo.

## *Sociedade de controle*

Embora o modelo das instituições disciplinares, caracterizado pela segregação, pelos muros e pela clausura,

corresponda à primeira fase de acumulação capitalista e sua configuração tenha propiciado o desenvolvimento dessa forma de acumulação, a sociedade disciplinar foi bastante breve, na medida em que os meios de confinamento viriam a sofrer uma crise já no século XX, após a Segunda Guerra Mundial (Deleuze, 2013). Em seu *Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle*, Gilles Deleuze não só assinala a crise do modelo disciplinar, cuja brevidade teria sido prevista pelo próprio Michel Foucault, como discorre sobre uma nova tecnologia de poder que caracteriza a chamada sociedade de controle. O colapso das estruturas de disciplinamento liberta das instituições o controle das subjetividades, espalhando-o em forma de rede no campo social (Hardt e Negri, 2012). As instituições, portanto, deixam de ser o cerne dos processos de normalização, na medida em que o controle se torna difuso (Perrone *et al.*, 2014).

A concepção deleuziana de sociedade de controle compreende a forma reticular e axiomatizada, na qual a hierarquia que caracteriza as disciplinas dissolve-se numa rede horizontal e impessoal de poder, na qual a dicotomia opacidade-transparência não faria mais qualquer sentido (Perrone *et al.*, 2014). Trata-se de um novo diagrama de poder, que não opera mais centrado em unidades, mas em rede (Leclercq-Vandelannoite e Isaac, 2013). Uma configuração, portanto, desprovida de centralidade, na qual se instaura um novo regime de vigilância, no qual observado, por si mesmo, fornece os próprios registros, dispensando a obrigatoriedade da figura do observador (Ferreira, 2014).

Essa abordagem deleuziana baseia-se na concepção de máquinas abstratas; assim, o controle consistiria uma forma maquínica distribuída em rede que revestiria todo o campo social (Bogard, 2009). As máquinas permitem analisar as formas sociais que lhes originaram: assim, podem-se fazer corresponder as máquinas simples às sociedades de soberania, as energéticas à sociedade disciplinar e as máquinas informatizadas à sociedade de controle; da mesma forma, faz corresponder as formas de produção: enquanto a fábrica encarna a disposição espaço-temporal e as premissas do disciplinamento, a empresa encarna a sociedade de controle como modelo produtivo (Deleuze, 2013). De acordo com Perroni *et al.* (2014), a corporação surge na sociedade de controle como um “espírito”, desprovido de forma ou fixidez espacial, mas ubíquo na sociedade.

O confinamento físico daria espaço às comunicações instantâneas: na medida em que o capital se torna dispersivo, o controle também deixa de exigir um confinamento, exercendo-se ao ar livre (Leclercq-Vandelannoite e

Isaac, 2013). A visibilidade não necessita mais a restrição a um espaço físico, pois a forma maquínica que a configura estende-se em rede. Deleuze (2013) compara a sociedade de controle às malhas de uma peneira, que constituiriam uma superfície passível de deformar-se continuamente, o que ele denomina *modulação*. Esse novo mecanismo de vigilância tem caráter rizomático — o rizoma seria a metáfora da vigilância contemporânea, em sua rápida expansão e sua capacidade de potencializar estruturas hierárquicas tradicionais (Leclercq-Vandelannoite e Isaac, 2013). Na obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari, o conceito de *rizoma* refere-se ao conjunto de entidades concretas, abstratas e virtuais que se inter-relacionam de forma móvel e transitória, como um “mapa” de processos em rede, sem, contudo, constituir-se num mapa fixo (Parr, 2010).

O reconhecimento de padrões constitui um aspecto basilar na sociedade de controle. Enquanto as máquinas disciplinares proporcionam visibilidade (Savat, 2009), a condição de visibilidade na sociedade de controle seria o cruzamento de informações (Bogard, 2009). Assim, enquanto as sociedades disciplinares visavam a um indivíduo de identidade fixa, as sociedades de controle visam a um indivíduo com base em *status* de risco, cujos padrões são modulados, instáveis e indeterminados *a priori* (Newman, 2009).

A infiltração da lógica de mercado em todos os interstícios do tecido social também é um aspecto da sociedade de controle. Essa lógica de mercado opera de forma mais intensa que as instituições de confinamento, caracterizando o capitalismo recente (Danziato, 2010). O controle descontínuo e prolongado das disciplinas sucumbe ao controle contínuo, ilimitado e de curto prazo do *marketing* (Deleuze, 2013). No capitalismo global, os sujeitos são regulados pelo mercado, que os submetem, na condição de consumidores, a estruturas de “escolhas” predefinidas, ao mesmo tempo que os governos e as corporações tornam-se entidades indiferenciáveis (Newman, 2009). Estado, mercado e sociedade civil constituem um todo capaz de mobilizar um enorme fluxo de informações, capturando subjetividades em prol de seus interesses (Ferreira, 2014).

Nessa rede de informações, de acordo com Deleuze (2013), a cifra dá lugar ao cruzamento entre a matrícula (massa) e a assinatura (indivíduo) que caracterizava a sociedade disciplinar: os indivíduos são “divíduos”. Por divíduo, entendemos o resultado de práticas de divisão, resultados de construções em bancos de dados repletos de informações sobre os indivíduos a serem recombinadas infinitamente, resultado de sofisticadas tecnologias de mineração de dados (Bogard, 2009). Diferentemente das

formas disciplinares de vigilâncias, assentadas no poder coercitivo, a disposição dos sujeitos em redes proporciona uma ausência de consciência sobre o estado de permanente observação (Savat, 2009): enquanto, no modelo panóptico, a potencialidade do observador proporcionaria a internalização da disciplina, no paradigma do controle, a estrutura axiomática dilui a figura do observador em múltiplos nós.

Essa ruptura não é apenas de ordem espacial, mas espaço-temporal. Formas de controle contínuas, como a formação permanente e o controle contínuo, substituem a escola e as avaliações, assim como o caráter cíclico das sociedades disciplinares, marcado pelos recomeços, dá lugar a um processo de constituição inacabada na sociedade de controle (Deleuze, 2013).

Outro aspecto interessante diz respeito ao caráter das comunicações nas sociedades de controle. Enquanto, nos modelos panópticos, a comunicação dirigia-se aos indivíduos como objetos passíveis de determinada informação, na sociedade de controle, esses indivíduos são sujeitos das comunicações, as quais eles próprios promovem e das quais participam ativa e voluntariamente (Leclercq-Vandelannoite e Isaac, 2013). Nesse contexto, os próprios observados alimentam os enormes bancos de dados, na medida em que documentam diversos aspectos da sua vida, por meio dos dispositivos computacionais em redes, sem que seja necessária a identidade fixa de um observador, tampouco alguma forma de coerção (Ferreira, 2014).

Por fim, a despeito da ampla utilização da concepção deleuziana de sociedade de controle, a afirmação de que a sociedade de controle teria substituído a sociedade disciplinar não constitui um consenso. Enquanto alguns defendem a superação das disciplinas pela fluidez do controle ao ar livre, outros defendem a coexistência dos dois modelos. Para Ferreira (2014), a sociedade da informação constitui-se numa totalidade em que disciplina e controle estariam imbricadas, uma vez que ambos os mecanismos operam simultaneamente na vida dos usuários de tecnologias digitais.

Para Hardt e Negri (2012), a sociedade de controle seria não o fim das disciplinas, mas a intensificação desses mecanismos, atingindo, contudo, espaços externos às instituições. A ampliação dos bancos de dados e das redes, resultantes da intensificação dos efeitos disciplinares, teriam, contudo, consequências não disciplinares (Savat, 2009). Enquanto a relação entre o poder e os sujeitos era mediada nas disciplinas, na sociedade de controle, essa mediação deixa de existir (Savat, 2009), caracterizando-se pela imanência dos mecanismos de comando (Hardt e Negri, 2012).

Savat (2009) problematiza o termo *controle*, uma vez que o considera impreciso. Para ele, essa configuração caracteriza o poder modulatório. Ele contrapõe a modulação à disciplina, uma vez que esta organiza-se por acesso serial, e a modulação tem acesso randômico. Enquanto a disciplina resultaria em produtos, a modulação resultaria em fluxos e processos. No entanto, o autor acredita que modulação e disciplina possam coexistir, podendo valer-se de um mesmo banco de dados, embora cada uma produza efeitos distintos.

Assim, a sociedade de controle aparenta um paradoxo: à medida que as instituições e seu poder de clausura desmoronam, o controle torna-se cada vez mais intensificado. Enquanto a disciplina conteve os indivíduos no interior de instituições, o controle fixou a disciplina nos corpos e consciências dos indivíduos, de forma que o biopoder tornou-se generalizado e as tecnologias biopolíticas permearam esses indivíduos (Hardt e Negri, 2012). Ao mesmo tempo, não exerce poder coercitivo, trata-se de um modo de observação independente da ciência e da concordância do observado, uma observação preditiva que opera uma constante modulação; uma observação que visa à eficiência em vez da disciplina (Savat, 2009).

Para Hardt e Negri (2012), a distância entre a transcendência das instituições e a imanência das disciplinas reside na estratégia geral que proporciona esse exercício imanente da disciplina. Essa estratégia geral pode ser compreendida por um conceito que nos permite analisar mais detalhadamente o declínio das instituições disciplinares ao mesmo tempo que emerge a lógica axiomática de controle: o dispositivo. Na próxima seção, visitaremos o conceito de dispositivo de modo a compreender como ele pode auxiliar no entendimento do fenômeno em questão.

## Analítica do poder e mediatização: um diálogo possível

Se, por um lado, a relativa juventude dos estudos em torno da mediatização implica uma imprecisão conceitual, por outro lado, esse processo de organização e fortalecimento do campo teórico resulta numa efervescência, bem como abre espaço para múltiplas possibilidades de contribuições na investigação do fenômeno. A presente discussão busca, a partir de uma concepção produtiva de

poder oriunda do pensamento de Michel Foucault e Gilles Deleuze, propor um olhar sobre o fenômeno.

O interesse pela relação entre o poder e a mídia nos estudos de comunicação não é recente. Desde o esquema hipodérmico, que pressupunha tamanho poder à propaganda, a ponto de “injetar” conteúdos na audiência, passando pela abordagem de usos e gratificações, de cunho funcionalista e comportamentalista (Mattelart e Neveu, 2006), o intuito de mensurar e quantificar as respostas dos conteúdos veiculados à mídia já se fazia presente. As diversas rupturas que se desenvolvem no campo da comunicação também passam pela concepção de poder que elas abordam. A abordagem das mediações, por exemplo, contesta a relação dicotômica em que o poder é associado ao lugar de emissão, numa relação dominante-dominado que anularia as possibilidades de negociação dos sentidos que circulam (Lopes, 2014). A perspectiva das mediações de Martín-Barbero efetua um deslocamento do sentido para o poder, ancorando-se no trinômio comunicação-cultura-política (Lopes, 2014).

Além da abordagem das mediações, Couldry e Hepp (2013) reconhecem como uma importante ruptura nos estudos de comunicação a influência da concepção de poder na obra de Michel Foucault, como algo não circunscrito às instituições, mas disperso nos interstícios da vida cotidiana. Nesse sentido, Hansen (2012) reconhece o pensamento do filósofo como ideal para compreender a mídia do século XXI, na medida em que a dispersão dos meios no tecido social demanda modelos mais flexíveis de investigação, que compreendam os mais diversos aspectos da experiência da vida cotidiana com as mídias, constituindo-se num desafio para os *media studies*. Diante disso, o autor reconhece uma aproximação entre o Foucault dos anos 1970 e os estudos de mídia, mas julga tímida a aproximação desse campo com a obra tardia do filósofo, fato que atribui à obra de Gilles Deleuze, sobretudo às concepções de controle e ubiquidade.

Embora a mídia tenha apenas tangenciado a obra de Foucault, em passagens esparsas, o seu pensamento pode apresentar desdobramentos bastante férteis nesse campo. Para Tucherman (2007), a mídia produz um “agendamento de mundo”, compartilha uma leitura da atualidade, exercendo, portanto, um importante papel nos jogos de saber-poder. Para Marcello (2004), trata-se de um campo no qual dispositivos operam aparatos de visibilidades que nos permitem conhecer uma pluralidade de discursos. Dessa forma, a mídia está inevitavelmente atrelada aos regimes de verdade. Por regimes de verdade, entendemos mecanismos que as sociedades operam para

conferir o *status* de verdade a determinados enunciados, em detrimento de outros (Revel, 2005). Para Foucault (1984), a opinião, entendida como uma espécie de consciência social, passava pelos *media* — estes, por sua vez, sujeitos a interesses econômicos e políticos. Embora se referisse à presença da mídia num passado mais distante, mais precisamente o século XIX, a influência exercida sobre a opinião pública, segundo Hardt e Negri (2012) sofreria modificações de grau, e não de natureza: a mídia manipula a participação política contemporânea, valendo-se de mecanismos ainda mais poderosos.

Há de se pensar, portanto, a dimensão tecnológica e os aspectos sociais e políticos como algo profundamente imbricado e indissociável. Mattelart (2006) reconhece a evidência dada ao conceito *sociedade da informação*, que ganha força sobretudo nos anos 1990, seja pela profusão de mídias massivas, seja pela emergência da Internet. O autor alerta-nos, contudo, para o fato de que o conceito advém de um longo período de gestação pós-conflito mundial e de uma crença de que a circulação cada vez mais ampla e ilimitada de informação garantiria uma sociedade mais transparente e descentralizada, o que ele reconhece como uma utopia.

Não por acaso, Gilles Deleuze situa a emergência da chamada sociedade de controle no período pós-guerra. Aspectos geopolíticos e tecnológicos tornam-se cada vez mais entrelaçados, na medida em que o poder militar apropria-se da ciência e das pesquisas (Mattelart, 2006). Feixes de informação proliferam-se, surgem mecanismos de controle em rede, que prescindem de um centro de domínio, mas que difundem a dominação pelos nós dessa rede (Leclercq-Vandelannaite e Isacc, 2013).

Assim como a já discutida transição de um modelo de disciplinamento para um de controle envolve aspectos de visibilidade, tanto na perspectiva do aumento das possibilidades de fazer ver quanto no aspecto da reconfiguração dessas possibilidades, é verdade que as tecnologias comunicacionais estão profundamente vinculadas a esse processo. Seja por mecanismos mais sofisticados de influência ou mesmo manipulação da opinião pública e participação política (Hardt e Negri, 2012), seja pela dissolução dos limites entre vida pública-privada por tecnologias comunicacionais (Tucherman, 2007), é possível situar a proliferação dessas tecnologias no cerne dessas formas de visibilidade.

Se o entendimento do conceito de mediatização, independentemente da vertente de pesquisa nos *media studies*, passa pelo entendimento das relações entre as transformações nas mídias e as transformações socio-

culturais (Couldry e Hepp, 2013), a emergência de uma sociedade dita de controle, ainda que haja controvérsias sobre a superação do modelo de disciplinamento, pode ser pensada sob esse aspecto. Enquanto o modelo disciplinar caracteriza-se por comunicações hierarquizadas e verticalizadas, das quais os indivíduos sob os centros de poder seriam objetos, o modelo de controle dispõe-se em redes de comunicações em múltiplos níveis, nas quais os indivíduos figuram como sujeitos (Leclercq-Vandelannaite e Isacc, 2013). Essa ausência de centros torna o poder não localizável, na medida em que impessoal e desinstitucionalizado, disperso pelos nós de uma rede modulável, flexível (Perrone *et al.*, 2014).

Dentre as consequências de estar imerso numa rede modulável, podemos mencionar a ausência de uma função coercitiva, a automação e a ausência da consciência de estar sob observação (Savat, 2009). Na medida em que somos sujeitos de comunicações horizontalizadas, observamos-nos mutuamente, damos-nos voluntariamente a formas diversas de visibilidade. Tucherman (2007) propõe que vivemos sob o dispositivo da exposição da intimidade, sendo o exibir-se um pressuposto da interação social, quando cada indivíduo converte-se em personagens midiáticos cuja existência depende desse exibir-se e fazer-se visto.

Por outro lado, formas de visibilidade que não caracterizariam propriamente a sociedade de controle na concepção deleuziana tornam-se mais sofisticadas e poderosas. Como exemplo, Mattelart (2006) cita tornezeiras eletrônicas que operam em espaço aberto, sem a necessidade de confinamento físico do detento, mas limitando sua movimentação no espaço por um sistema de telecomunicações: ou seja, o aspecto coercitivo e de enclausuramento permanecem, ainda que assentados sob outros aparatos. Nesse aspecto, para o autor, o enclausuramento teria outra concepção: o chamado *tecnoapartheid*, ou seja, a exclusão daqueles cujo acesso às tecnologias de comunicação é restrito — o enclausuramento no lado de fora de uma sociedade cujo funcionamento é mediatizado. Hardt e Negri (2012), por sua vez, evocam a noção de sociedade de espetáculo de Guy Debord, assumindo que a espetacularização, operada sobretudo por importantes redes de mídia, opera novas socialidades, novas formas de moldar a opinião pública, imprimindo uma estética televisiva e publicitária ao debate político.

Essa profusão de tecnologias comunicacionais possibilita um ajustamento dos corpos à máquina produtiva, constituindo-se num poder difuso que opera por disseminação nos interstícios do tecido social. Por um lado, a ubiquidade dos dispositivos de localização e reconheci-

mento, a amplitude dos bancos de dados, a acurácia dos mecanismos de mineração de dados (Newman, 2009), a geração e o reconhecimento de padrões (Bogard, 2009) inserem os indivíduos em formas mais flexíveis de produzir, ao mesmo tempo em que os mecanismos de mensuração e controle tornam-se mais sofisticados. Por outro lado, esse engajamento, voluntário, consentido, coproduzido pelos indivíduos (Leclercq-Vandelannaite e Isacc, 2013), também passa pela formação de uma opinião pública que não pode ser reduzida a um mero exercício de manipulação.

Embora Hardt e Negri (2012) mencionem o aspecto da manipulação, é importante problematizar esse termo. A abordagem das mediações fornece-nos uma importante pista, na medida em que evoca as competências culturais, advinda das memórias, narrativas e do imaginário, e por meio das quais é possível não só fazer usos diversos dos conteúdos midiáticos como estabelecer uma relação dinâmica de mútua influência, de negociação de significados (Martín-Barbero, 2009). Para além da noção de competência cultural explorada pela abordagem das mediações, a própria ubiquidade das mídias põe igualmente em xeque a ideia de manipulação: dia a dia, assistimos à crise de credibilidade das grandes corporações midiáticas, um fenômeno que pode igualmente ser analisado à luz da noção de visibilidade — por exemplo, novas disposições emanam à medida que indivíduos comuns participam colaborativamente da chamada Web 2.0, formando curvas de visibilidade e regimes de enunciabilidade, bem como relações de força, constituindo uma pluralidade de dispositivos.

Como exemplo disso, em 2014, o Recife vivenciou a insurgência do jornalismo contra o posicionamento dos principais jornais em se omitirem de noticiar a batalha entre os manifestantes do Ocupe Estelita e o consórcio Grande Recife. Impedidos pelos editores de noticiarem os fatos, diversos jornalistas criaram o Tumblr *Cálice da Imprensa Pernambucana*, um espaço onde relatavam, sob pseudônimos, como redatores e editores eram coagidos a não relatarem a batalha, mas sentiam-se no dever de dar espaço à pluralidade de vozes que constituíam aquela demanda social. O *microblog* foi assim batizado em alusão à música *Cálice*, de Chico Buarque, que versa sobre a censura, numa homofonia com a expressão “cale-se”. Esse não registro da imprensa local (Wanderley, 2015) por si só já constitui uma enunciação e uma forma de visibilidade, assim como o reconhecimento pelos jornalistas insurgentes de que é um direito da sociedade civil ter acesso às vozes de todos os envolvidos e um dever do jornalismo promover esse acesso.

É importante lembrar que investigar o fenômeno da midiaticização requer uma atenção não só ao potencial da mídia de ensejar mudanças sociais quanto à sua capacidade de trazê-las à visibilidade (Hepp *et al.*, 2015). As telecomunicações operam numa rede rizomática e universal, criando espaços de luta e contestação muitas vezes ambíguos (Hardt e Negri, 2012). Num momento em que as mídias sociais ocupam uma posição de destaque na articulação e na visibilidade de movimentos sociais, essas lutas também se traduzem na visibilidade e na censura. No Brasil, as discussões de gênero têm estado bastante aquecidas tanto na grande imprensa quanto nas redes sociais, sobretudo com a contemplação do tema no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) de 2015, realizado anualmente. Com o acirramento das discussões de gênero, instaurou-se uma batalha virtual na qual páginas são “derrubadas” (retiradas do ar com base em denúncias), como forma de supressão de vozes. Assim, a retirada do ar de páginas de conteúdo feminista foi atribuída aos usuários da página Orgulho de Ser Hétero, que também fora suprimida do ambiente virtual devido à alegação de discursos de ódio veiculados. O movimento pela derrubada de páginas feministas foi articulado em evento via rede Facebook e intitulado *Mutirão Hétero* (Cavalcanti, 2015).

Com base nesses dois exemplos, podemos observar que essas disputas tanto podem se desenrolar nos diversos âmbitos da vida social e ter a mídia como um aparato de visibilidade quanto podem se circunscrever ao território da própria mídia e ter a visibilidade, por si só, como demanda social. Enquanto os jornalistas tomavam para si a responsabilidade de esclarecer os cidadãos sobre uma batalha travada entre a sociedade civil e uma parceria entre o governo e um conjunto de corporações, as páginas retiradas do ar em retaliação demandavam o direito de ocupar aquele espaço virtual e nele se fazer ver.

É válido ressaltar, conforme dissemos, o caráter processual do fenômeno da midiaticização. Nesse sentido, Braga (2006) aponta sua processualidade, bem como seu poder de abrir novas possibilidades sociais; dessa forma, os processos tecnológicos despontariam como resultado da busca de uma solução de um problema (1), posteriormente seriam deslocados para outras invenções — consequentemente com novos desdobramentos — (2) para, por fim, tornarem-se autopoieticos (3): os momentos 1 e 2 constituiriam uma dinâmica pré-midiaticização. As transformações no tecido social relacionadas à mídia também refletem uma transição paulatina do disciplinamento pelo controle, bem como a sofisticação dos mecanismos disciplinares remanescentes. A multiplicação de aparatos

tecnológicos de visibilidade, bem como a proliferação de novos usos, constitui-se num terreno fértil para a profusão de dispositivos. Como vimos, os dispositivos articulam aspectos discursivos, institucionais, jurídicos, científicos, dentre outros de natureza heterogênea, num regime de fazer ver e enunciar (Tucherman, 2007). Nesse sentido, à medida que a mídia se torna ubíqua nos mais diversos âmbitos da vida em sociedade, redes cada vez mais complexas de saberes e poderes são tecidas e moduladas em grande velocidade. Isso remete à natureza estratégica e recursiva dos dispositivos, cujos efeitos reconfiguram completamente seus elementos e relações: cada vez mais, pelas tecnologias de comunicação e informação, uma infinidade de dispositivos se delineiam, ao mesmo tempo que essa ampliação de visibilidade pelos sujeitos repercute nesses dispositivos, resultando em novas articulações.

Nesse sentido, o dispositivo poderia ser uma importante ferramenta metodológica para esmiuçar os saberes e poderes que a mídia faz operar, permitindo analisar sua historicidade, suas articulações e seus processos de subjetivação. Assim, cabe discutir como objetos discursivos são trazidos à visibilidade e enunciabilidade, que estratégias permeiam a constituição desses objetos (e como as operam) e os regimes de verdade que se estabelecem (Marcello, 2014).

Assumindo que a midiatização é, acima de tudo, processo, em sua continuidade e historicidade, a investigação dos dispositivos operados à medida que esse processo avança nos permite explorar a relação entre a mídia e a mudança sociocultural para além dos conteúdos disseminados, seus usos e apropriações, compreendendo também aspectos como subjetivação e resistência, cada vez mais mediados por tecnologias ubíquas.

## Considerações finais

As possibilidades de pensar a relação entre a mídia, poder e as transformações em processo no mundo contemporâneos são imensas. Essas possibilidades são amplas não apenas do ponto de vista temático, mas, antes de tudo, paradigmático. No campo dos *media studies*, estudos de tradição funcionalista, interpretativista e crítica ocupam-se do fenômeno da midiatização. É, contudo, a carência de uma criticidade maior que muitos dos investigadores demandam desse “guarda-chuva” temático. Com essa discussão, buscamos ensinar reflexões de

cunho crítico acerca desse fenômeno. Para esse propósito, partimos de uma abordagem pós-estruturalista, uma vez que, sob essa perspectiva, a ciência é considerada imersa em camadas de historicidade, operando, portanto, sem ser dissociada das dimensões do desejo, dos atos e pensamentos (Williams, 2013).

Seja pelas disposições que efetivam o controle, dissolvem a observação coercitiva, converte indivíduos em mero cruzamento de informações (“divíduos”) nos enormes bancos de dados, seja pela pluralidade de regimes de verdade que a ubiquidade das mídias possibilita, a analítica do poder ora discutida mostra-se uma importante trilha para se pensar criticamente as transformações da relação entre mídia, sociedade e cultura no curso da história recente, evitando determinismos tecnológicos e posicionamentos apoloéticos ou apocalípticos, no intuito de compreender tão somente quais dispositivos operam pela via da mídia, como operam e o que dispõem: estratégias, saberes, linhas de força, instituições em toda a sua dinâmica.

Inicialmente, partimos da premissa de que a relação entre visibilidade e poder, basilar à discussão de disciplina, biopoder e controle, passa pela relação entre as sociedades e as tecnologias de comunicação e informação, cuja proliferação no tecido social dá-se de forma heterogênea no tempo e nos espaços, demandando, portanto, maneiras de pensar o fenômeno em sua historicidade. A despeito das divergências entre os pensadores no campo dos *media studies*, as mais diversas abordagens têm em comum, no bojo do conceito de midiatização, a ideia de transformação e a interseção entre a mídia e as transformações no tecido social, sem necessariamente haver uma relação causal. Nesse sentido, midiatização é processo: a maneira como essas tecnologias promovem a visibilidade e estão implicadas nas relações de poder, bem como os objetos trazidos à luz, estão em constante metamorfose.

Essa metamorfose que caracteriza o processo de midiatização torna sua investigação desafiadora, uma vez que requer a apreensão de elementos históricos, instituições, discursos, forças e inúmeras dimensões de natureza heterogênea que se relacionam e cujas disposição e respectivas relações são mutáveis ao longo do tempo. É por esse aspecto que o conceito de dispositivo se mostra tão profícuo como ferramenta metodológica, na medida em que permite apreender estratégias e forças subjacentes aos regimes de visibilidade.

Devemos ter em vista que a discussão da midiatização diz respeito a um fenômeno social amplo, que, embora seja investigado sobretudo no âmbito dos estudos de mídia

e comunicação — no qual se propõe um promissor conceito guarda-chuva —, não se circunscreve a essa área. Nesse sentido, buscamos relacionar esse conceito à transição do modelo de disciplinamento para o de controle, uma vez que essa discussão, embora não mencione explicitamente a mídia, situa a comunicação e a visibilidade como aspectos basilares ao entendimento das relações de poder. Assim, há uma interface muito clara entre as tecnologias comunicacionais e as novas formas de visibilidade, voluntárias, consentidas, que propiciam um controle do qual os indivíduos são ao mesmo tempo sujeito e objeto.

Num mundo contemporâneo onde a ubiquidade dos dispositivos (entendidos aqui em seu sentido amplo, como aparelhos) comunicacionais está estreitamente relacionada com novas dimensões da política, discutir a midiatização tendo como eixo a dimensão do poder faz-se bastante oportuno. Com as redes sociais digitais, não só se torna possível suplantar um modelo assimétrico de comunicação, centrado em grandes corporações, como articular resistências, movimentos sociais e novas formas de agência.

Longe de realizar uma discussão apologética dessa potencialidade, e evitando problematizar o fenômeno dentro de dicotomias como apocalípticos-integrados, acreditamos que esse cenário demanda uma reflexão crítica das relações de poder implicadas nesse processo que englobem as dimensões dessa problemática, com o cuidado de não situar o poder no interior das instituições, mas entendendo-o como exercício, relação de forças, dinâmica e presente nos interstícios do tecido social. Dessa forma, a contribuição do pensamento filosófico foucaultiano-deleuziano, ao sustentar uma concepção positiva e produtiva de poder, permite observar as dimensões microfísicas envolvidas na relação entre a mídia e a ordem social contemporânea: um poder que não transcende essa ordem, mas que se articula em seu próprio interior em múltiplas configurações.

O presente ensaio buscou delinear esse horizonte teórico-metodológico e sua validade não só nos *media studies*, mas na teoria social de forma ampla. Como possíveis desdobramentos, vislumbramos a investigação de dispositivos disseminados pelas mídias e como estas constituem suas linhas de visibilidade, enunciabilidade e força. É possível também investigar como aspectos específicos da vida em sociedade transformam-se em função dos regimes de visibilidade instaurados pela mídia. Esse tipo de análise permite avaliar a historicidade desses processos inseridos num contexto amplo que envolve instituições e saberes. Dessa forma, há um enorme campo empírico a

ser explorado, não só nos estudos de comunicação, mas nas ciências sociais de uma forma geral, uma vez que a dimensão do poder e as comunicações midiatizadas estão intimamente relacionadas na sociedade de controle.

## Referências

- AMPUJA, M.; KOIVISTO, J.; VÄLIVERRONEN, E. 2014. Strong and weak forms of mediatization theory: a critical review. *Nordicom Review*, 35(special issue):111-123.
- BARROS, L.M. 2012. Recepção, mediação e midiatização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas. In: M.Â. MATTOS; J. JANOTTI Jr.; N. JACKS, *Mediação e midiatização*. Edufba, Compós, p. 79-105.
- BASTOS, M.T. 2012. Medium, media, mediação e midiatização: a perspectiva germânica. In: M.Â. MATTOS; J. JANOTTI Jr.; N. JACKS, *Mediação e midiatização*. Edufba, Compós, p. 53-77.
- BRAGA, J.L. 2006. Mediatização como processo interacional de referência. *Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 5(2):9-35.
- BOGARD, W. 2009. Deleuze and Machines: A Politics of Technology? In: M. POSTER; D. SAVAT, *Deleuze and new technology*. Edinburgh, Edinburgh University Press, p. 15-31.
- CAVALCANTI, M. 2015. Jout Jout Prazer e outras páginas feministas são tiradas do ar no Facebook. *MundoBit*, 4 nov. Disponível em: <http://blogs.ne10.uol.com.br/mundobit/2015/11/04/jout-jout-prazer-e-outras-paginas-feministas-sao-tiradas-do-ar-apos-ataque-machista-online/>. Acesso em: 10/11/2015.
- CIMINO, L.F. 2010. As estratégias sensíveis da comunicação bios midiática. *Semeiosis: semiótica e transdisciplinaridade em revista*, 1(1):80-88.
- COULDRY, N. 2014. Mediatization: what is it? In: L. KRAMP; N. CARPENTIER; A. HEPP; I.T. TRIVUNDŽA; H. NIEMINEN; R. KUNELIUS; T. OLSSON; E. SUNDIN; R. KILBORN, *Media practice and everyday life in Europe*. Bremen, Lumière, p. 33-40.
- COULDRY, N.; HEPP, A. 2013. Conceptualizing Mediatization: Contexts, Traditions, Arguments. *Communication Theory*, 23:191-202. <https://doi.org/10.1111/comt.12019>
- DANZIATO, L.J.B. 2010. O dispositivo de gozo na sociedade do controle. *Psicologia & Sociedade*, 22(3):430-437. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300003>
- DELEUZE, G. 1996. O que é um dispositivo? In: G. DELEUZE, *O mistério de Ariana*. Lisboa, Veja, p. 83-96.
- DELEUZE, G. 2013. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: G. DELEUZE, *Conversações*. 3ª ed., São Paulo, Editora 34, p. 223-230.

- DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. 2011. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, Forense, 348 p.
- ESCOSTEGUY, A.C. 2010. Estudos Culturais: uma introdução. In: T.T. SILVA, *O que é, afinal, Estudos Culturais?* 4ª ed., Belo Horizonte, Autêntica, p. 133-166.
- FAUSTO NETO, A. 2008. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. *Matrizes*, 8(2):89-105.  
<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p89-105>
- FERREIRA, R.S. 2014. A sociedade da informação como sociedade de disciplina, vigilância e controle. *Información, cultura y sociedad*, 2:109-120.
- FOUCAULT, M. 1984. *Microfísica do poder*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 431 p.
- FOUCAULT, M. 1987. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 328 p.
- FOUCAULT, M. 2014. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo, Paz e Terra, 175 p.
- GROHMAN, R.; MAURO, R. 2015. O potencial teórico do conceito de midiatização e os estudos de classes sociais na comunicação. *Revista Novos Olhares*, 4(1):246-257.  
<https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2015.85313>
- HANSEN, M.B.N. 2012. Foucault and media: a missed encounter? *The South Atlantic Quarterly*, 111(3):497-538.  
<https://doi.org/10.1215/00382876-1596254>
- HARDT, M.; NEGRI, A. 2012. *Império*. 10ª ed., Rio de Janeiro, Record, 501 p.
- HEPP, A. 2014. As configurações comunicativas de mundos midiatizados: pesquisa da midiatização na era da “mediação de tudo”. *Matrizes*, 8(1):45-64.  
<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p45-64>
- HEPP, A. 2009. Differentiation: mediatization and cultural change. In: K. LUNDBY, *Mediatization: concepts, changes, consequences*. New York, Peter Lang, p. 139-157.
- HEPP, A. 2012. Mediatization and the ‘molding force’ of the media. *Communications*, 37:1-28.  
<https://doi.org/10.1515/commun-2012-0001>
- HEPP, A.; HJARVARD, S.; LUNDBY, K. 2015. Mediatization: Theorizing the Interplay Between Media, Culture, and Society. *Media, Culture & Society*, 1:1-11.  
<https://doi.org/10.1177/0163443715573835>
- HJARVARD, S. 2012. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, 5(2):53-91.  
<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v5i2p53-91>
- KROTZ, F. 2014. From a Social Worlds Perspective to the Analysis of Mediatized Worlds. In: L. KRAMP; N. CARPENTIER; A. HEPP; I.T. TRIVUNDŽA; H. NIEMINEN; R. KUNELIUS; T. OLSSON; E. SUNDIN; R. KILBORN, *Media practice and everyday life in Europe*. Bremen, Lumière, p. 69-82.
- LE TEXIER, T. 2011. Foucault, le pouvoir et l’entreprise: pour une théorie de la gouvernementalité managériale. *Revue de Philosophie Économique*, 12:53-85.  
<https://doi.org/10.3917/rpec.122.0053>
- LECLERCQ-VANDELANNOITTE, A.; ISAAC, H. 2013. Technologies de l’information, controle et panoptique: pour une approche deleuzienne. *Systèmes d’information et management*, 18(2):1-24. <https://doi.org/10.3917/sim.132.0009>
- LOPES, M.I.V. 2014. Mediação e recepção: algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. *Matrizes*, 8(1):65-80.  
<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p65-80>
- MARCELLO, F.A. 2004. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. *Educação & Realidade*, 29(1):199-213.
- MARTÍN-BARBERO, J. 2009. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6ª ed., Rio de Janeiro, Editora UERJ, 356 p.
- MARTINO, L.M.S. 2014. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes*. Petrópolis, Vozes, 291 p.
- MATTELART, A. 2006. Société de la connaissance, société de l’information, société de controle: entretien avec Armand Mattelart. *Cultures & Conflits*, 64:167-183.
- MATTELART, A.; NEVEU, E. 2006. *Introdução aos Estudos Culturais*. 2ª ed., São Paulo, Parábola, 215 p.
- NEWMAN, S. 2009. Politics in the Age of Control. In: M. POSTER; D. SAVAT, *Deleuze and new technology*. Edinburgh, Edinburgh University Press, p. 104-122.
- PARR, A. 2010. *The Deleuzian Dictionary: revised edition*. Edinburgh, Edinburgh University Press, 326 p.
- PERRONE, C.M.; DIAS, A.C.G.; SANTOS, A.S.; SOBROSA, G.M.R.; ENGELMAN, S. 2014. Geração Y e sociedade de controle: desdobramentos acerca do trabalho. *Revista de Ciências Humanas*, 48(1):154-175.  
<https://doi.org/10.5007/2178-4582.2014v48n1p154>
- REVEL, J. 2005. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos, Claraluz, 87 p.
- SAVAT, W. 2009. Deleuze’s Objectile: From Discipline to Modulation. In: M. POSTER; D. SAVAT, *Deleuze and new technology*. Edinburgh, Edinburgh University Press, p. 45-62.
- SILVA, G. 2012. Pode o conceito reformulado de bios midiático conciliar mediações e midiatização? In: M.Â. MATTOS; J. JANOTTI Jr.; N. JACKS, *Mediação e midiatização*. Edufba, Compós, p. 107-121.
- SCHULZ, W. 2004. Reconstructing Mediatization as an Analytical Concept. *European Journal of Communication*, 19(1):87-101. <https://doi.org/10.1177/0267323104040696>
- TÓTORA, S. 2011. Foucault: biopolítica e governamentalidade neoliberal. *REU*, 37(2):81-100.

TUCHERMAN, I. 2007. Michel Foucault, hoje ou ainda: do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. In: A. QUEIROZ; N.V. CRUZ, *Foucault hoje?* Rio de Janeiro, 7Letras, p. 108-118.

VERÓN, E. 2014. Teoria da mediação: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. *Matrizes*, 8(1):13-19.

<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p13-19>

WANDERLEY, L.C. 2015. Batalha no cais, paz no fotojornalismo: o não-registro da mídia local no caso Ocupe Estelita

legítima as imagens dos movimentos sociais como documento histórico. *Temática*, 1:140-157.

WILLIAMS, J. 2013. *Pós-estruturalismo*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 255 p.

*Submetido: 09/06/2016*

*Aceito: 05/10/2016*